

REVISÃO PLANO DIRETOR ILHOTA

PRODUTO 4.4

CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA





ILHOTA - SC

CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA

CONTRATO N° 014/2019

Consultoria para Revisão do Plano Diretor Municipal Ilhota

Curitiba / maio 2019

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
LISTA DE FIGURAS	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE QUADROS	4
EQUIPE TÉCNICA	5
4.4 CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA	6
4.4.1 DÉFICIT HABITACIONAL	6
4.4.1.1 Dados da Fundação João Pinheiro.....	6
4.4.1.2 Informações cadastro único municipal	8
4.4.2 ÁREAS COM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	9
4.4.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES	14
4.4.4 CARACTERIZAÇÃO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO	16
4.4.4.1 Acesso a infraestrutura e serviços públicos	19
4.4.5 IMÓVEIS EDIFICADOS, SUBUTILIZADOS OU NÃO UTILIZADOS	21
REFERÊNCIAS	22

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CONJUNTO COHAB-SC BRAÇO DO BAÚ	10
FIGURA 2: LOTEAMENTO JARDIM DAS ARÁBIAS BAIRRO MISSÕES	11
FIGURA 3: MAPA COM ÁREAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	12
FIGURA 4: ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL ÁREA URBANA	13
FIGURA 5: OCUPAÇÃO IRREGULAR BAIRRO CENTRO	14
FIGURA 6: MAPA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES	15



LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL - 2010	6
TABELA 2: DÉFICIT HABITACIONAL URBANO X RURAL - 2010.....	7
TABELA 3: DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTE - 2010	7
TABELA 4: INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - 2010	8
TABELA 5: LEVANTAMENTO FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO MUNICIPAL POR BAIRRO E LOCALIDADE.....	8
TABELA 6: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS COM DENSIDADE MAIOR QUE 2 – MUNICÍPIO E SANTA CATARINA	17
TABELA 7: CONDIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - 2010	18

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: MATERIAL DOS DOMICÍLIOS - 2010.....	19
QUADRO 2: DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - 2010.....	20
QUADRO 3: FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2010.....	20
QUADRO 4: ATENDIMENTO ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2010	20
QUADRO 5: ATENDIMENTO ENERGIA ELÉTRICA - 2010.....	21

EQUIPE TÉCNICA

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	CARGO
COORDENAÇÃO		
Mirna Cortopassi Lobo	Arquiteta e Urbanista	Coordenadora Geral
Renata Satiko Akiyama	Arquiteta e Urbanista	Coordenação técnica de arquitetura e urbanismo
EQUIPE TÉCNICA		
Mirna Cortopassi Lobo	Arquiteta e Urbanista	Análises Integradas
Caroline Nayara Rech	Arquiteta e Urbanista	Subcoordenação técnica de arquitetura e urbanismo
Marcelle Borges Lemes da Silva	Arquiteta e Urbanista	Subcoordenação técnica de arquitetura e urbanismo
Diogo Cortopassi Lobo	Engenheiro Civil	Coordenador Infraestrutura
Bruno Ruchinski de Souza	Engenheiro Civil	Auxiliar técnico
Bruno Cesar Deschamps Meirinho	Advogado	Análise jurídica
Maximo Alberto Silva Miqueles	Engenheiro Cartógrafo	Coordenador de informações geográficas e mapeamentos
Renata Satiko Akiyama	Arquiteta e Urbanista	Coordenação técnica de arquitetura e urbanismo
Ricardo Augusto Valle Pinto Coelho	Engenheiro Agrônomo	Coordenador adjunto dos trabalhos
	Economista	Coordenador da análise dos aspectos econômicos e Financeiros
EQUIPE DE APOIO		
Hellen Chaiane dos Santos	-	Administrativo / Financeiro
Alberto Lopes Dal'Osto	-	Administrativo / Logística

4.4 CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA

A análise das condições gerais de moradia e fundiárias no município de Ilhota visa obter informações para avaliar a regularidade fundiária e de moradia para definição de soluções e políticas que garantam os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

4.4.1 DÉFICIT HABITACIONAL

4.4.1.1 Dados da Fundação João Pinheiro

O déficit habitacional, conforme a Fundação João Pinheiro (2013) define, é a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradia. Ou seja, é um indicador que diz respeito a quantidade absoluta de casas que são demandadas pela população enquanto solução para problemas sociais e específicos de habitação.

A Fundação João Pinheiro trabalha com dados levantados pelo último Censo Demográfico, tratando as variáveis de acordo com a metodologia utilizada para definição do déficit habitacional e identificação da inadequação dos domicílios.

Os componentes do Déficit Habitacional, segundo a Fundação João Pinheiro, estão relacionados aos seguintes componentes: domicílios rústicos, conforme o tipo de material predominante nas paredes externas; domicílios improvisados; cômodos; família convivente; ônus excessivo com aluguel urbano; adensamento de domicílios alugados.

Conforme pode ser observado nos dados contidos na **TABELA 1**, Ilhota apresenta um déficit absoluto total de 314 moradias, entre as mais diversas rendas. Considerando somente as a população até 3 salários mínimos, o número cai para 147 moradias.

TABELA 1: DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL - 2010

	Sem rendimento	0 a 3 salários mínimos	3 a 6 salários mínimos	6 a 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos	TOTAL
Domicílios	53	94	72	61	34	314

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Comparando o déficit habitacional urbano com o rural, da **TABELA 2**, nota-se que no primeiro há a maior demanda absoluta, com 259 domicílios, o correspondente a 10,60% da quantidade total de domicílios urbanos particulares ocupados. Já no meio rural, há a demanda de 55 moradias, o correspondente a 4% do total de domicílios rurais particulares ocupados. Em todo o município, o déficit habitacional relativo (proporção da demanda de domicílios em relação ao total particular ocupado) é de 8,2%.

TABELA 2: DÉFICIT HABITACIONAL URBANO X RURAL - 2010

	Total	Relativo
Urbano	259	10,60%
Rural	55	4%
TOTAL	314	8,2%

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Fazendo a análise do déficit por componente, da **TABELA 3**, nota-se que a questão da coabitação familiar¹ é a que gera maior demanda, com 170 moradias. O ônus excessivo com aluguel é a segunda maior contribuição para o déficit habitacional no município.

TABELA 3: DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTE - 2010

	Urbano	Rural	TOTAL
Domicílios precários	10	12	22
Coabitação	131	39	170
Adensamento imóvel alugado	4	5	9
Adensamento domicílio próprio	-	-	28
Ônus excessivo com aluguel	-	-	114

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Por último, outra análise feita pela Fundação João Pinheiro para levantamento do déficit habitacional, diz respeito a análise de inadequação dos domicílios urbanos. Segundo a metodologia utilizada (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, pp. 7 e 8), uma habitação em situação inadequada não proporciona as condições desejáveis de moradia. Entretanto, não implica na necessidade de construção de novas unidades, são domicílios em que intervenções pontuais podem garantir melhor qualidade de habitabilidade.

¹ De acordo com a Fundação João Pinheiro (2013), a coabitação familiar diz respeito a soma das famílias conviventes secundárias (que gostariam de constituir um domicílio exclusivo mas, por algum motivo, não conseguem) e das que vivem em domicílios em cômodos (exceto as que vivem em cômodos cedidos pelo empregador).

Os dados coletados pelo Censo Demográfico de 2010 (IBGE) não permitem o levantamento dos domicílios inadequados em ambiente rural, ficando essa análise restrita apenas ao meio urbano. Além disso, exclui-se dos dados os domicílios inseridos em alguma das categorias de déficit habitacional, em que se considera a premissa da necessidade de construção de uma nova unidade.

Assim, para Ilhota, conforme pode ser observado na **TABELA 4**, levantou-se que 27,27% dos domicílios permanentes ocupados possuem algum tipo de inadequação e 26,87% tem inadequação relacionada a infraestrutura urbana.

Dentre os componentes de infraestrutura, o esgotamento sanitário é o problema mais presente nos domicílios, com 22,85% destes apresentando inadequação neste quesito.

TABELA 4: INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS - 2010

Tipos de inadequação	Número absoluto	% dos domicílios ocupados
Inadequação em pelo menos um componente	1.044	27,27%
Infraestrutura urbana	1.029	26,87%
Esgotamento sanitário	875	22,85%
Abastecimento de água	404	10,55%
Destino do lixo	5	0,1%
Banheiro exclusivo	4	0,1%
Energia elétrica	0	0,0%

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

4.4.1.2 Informações cadastro único municipal

De acordo com as informações contidas no cadastramento único municipal, da Secretaria de Assistência Social, a população cadastrada com renda até 3 salários mínimos totaliza 709 famílias, das quais 239 estão morando de aluguel ou em domicílio cedido. Estas famílias estão distribuídas por bairro e localidade segundo a **TABELA 5** a seguir:

TABELA 5: LEVANTAMENTO FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO MUNICIPAL POR BAIRRO E LOCALIDADE

BAIRRO/LOCALIDADE	NUMERO FAMILIAS
ALTO BAU	1
BARRA DE LUIS ALVES	5

BAIRRO/LOCALIDADE	NUMERO FAMILIAS
BARRANCO ALTO	3
BAU BAIXO	9
BAU CENTRAL	1
BOA VISTA	9
BRAÇO DO BAU	15
CENTRO	50
ILHA BELA	2
ILHOTINHA	39
LARANJEIRA	1
MINAS	3
MISSOES	5
PEDRA DE AMOLAR	23
POCINHO	7
TABULEIRO	1
VILA NOVA	65

Fonte: Secretaria de Assistência Municipal de Ilhota, 2019.

Nota-se que as maiores concentrações de famílias até 3 salários mínimos em condição de aluguel ou em moradias cedidas estão nos bairros: Vila Nova, com 65 famílias; Centro com 50 famílias; Ilhotinha, com 39; Pedra de Amolar, com 23 e Braço do Baú, com 15. As demais localidades possuem menos de 10 famílias nessas condições.

Em números absolutos, no levantamento da Secretaria de Assistência Social identifica-se uma maior necessidade de novas unidades habitacionais para famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos do que foi identificados com os dados da Fundação João Pinheiro. Entretanto, cabe ressaltar que somente o fato destas famílias viverem de aluguel ou em casas cedidas não necessariamente as enquadra na situação de déficit habitacional. É necessário levar em consideração outras condicionantes, como ônus excessivo com o pagamento do aluguel, número de cômodos, material das residências, etc.

Ainda assim, recomenda-se que sejam verificados locais mais adequados para a previsão de unidades habitacionais próximos às localidades com as maiores demandas e a consolidação de um cadastramento destinado especificamente para fins habitacionais.

4.4.2 ÁREAS COM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

De acordo com informações da Secretaria de Assistência Social, nos anos de 2009 e 2010 foram feitos 183 cadastros de famílias que perderam seus domicílios no desastre climático de 2008, o qual gerou deslizamentos na região do Morro do Baú.

Em função deste desastre, a partir da Medida Provisória 448 de 26 de novembro de 2008, recursos extraordinários para ações em áreas de Calamidade Pública foram disponibilizados. Para acessar estes recursos, entretanto, havia a necessidade da elaboração de projetos para viabilizar as obras de reconstrução. Assim, como na época a Prefeitura não contava com uma Secretaria de Planejamento, a responsabilidade passou para a Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB-SC), que em conjunto com a Prefeitura realizou o cadastramento das famílias e escolha dos terrenos para as novas unidades.

Com o montante arrecadado via Secretaria Nacional da Defesa Civil e Instituto Ressoar, foi possível a aquisição de dois terrenos e a construção de 100 casas, sendo 28 no Braço do Baú (**FIGURA 1**) e o restante no Bairro Missões, no loteamento Jardim das Arábias (**FIGURA 2**).

A localização de ambos os assentamentos pode ser observada no mapa da **FIGURA 3**. Destaca-se que o conjunto do Braço do Baú, apesar de estar localizado próximo a área atingida pelo desastre natural, não faz parte do perímetro urbano e está distante 16,3km do centro do município.

FIGURA 1: CONJUNTO COHAB-SC BRAÇO DO BAÚ



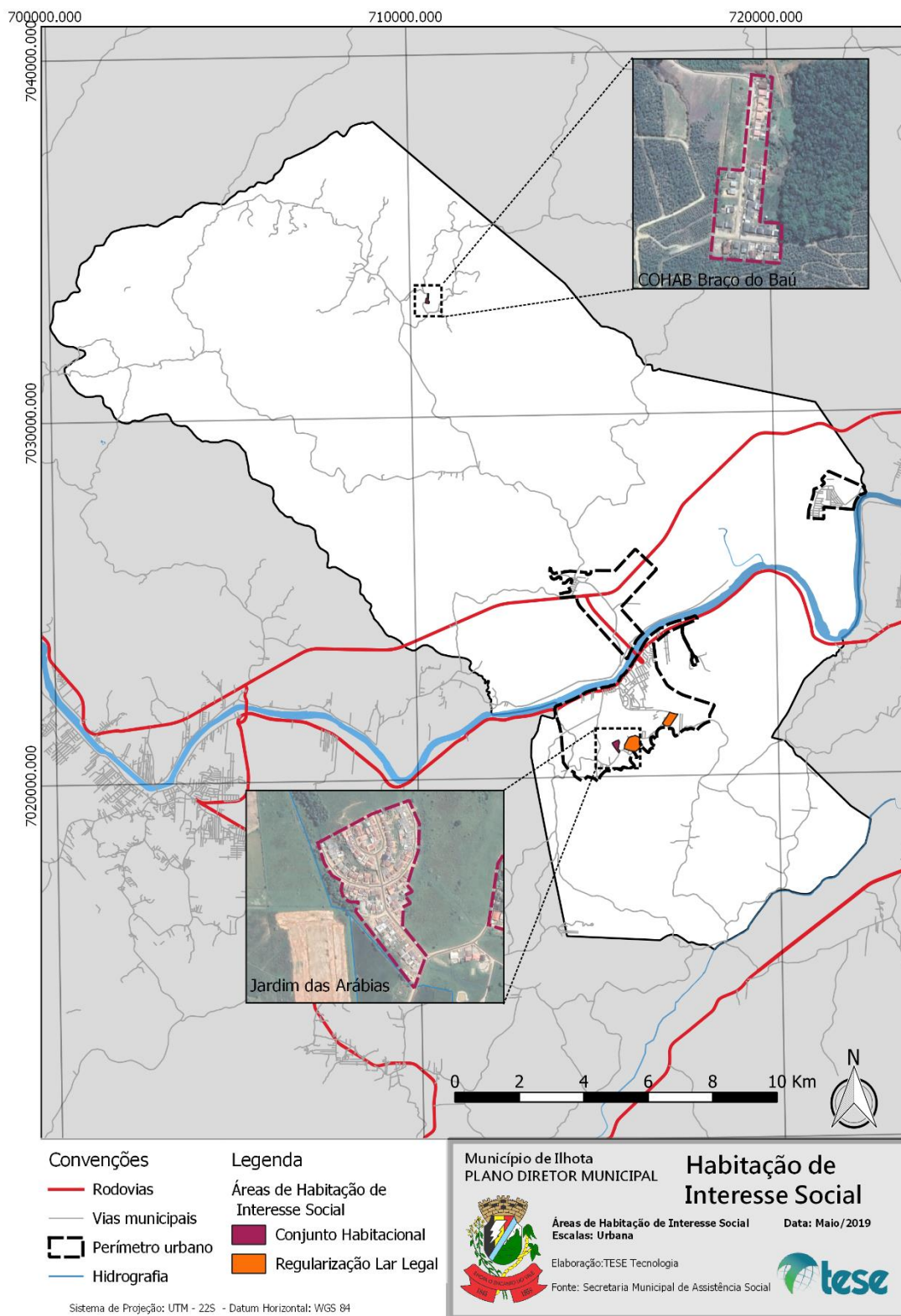
Fonte: ALBINO (2013).

FIGURA 2: LOTEAMENTO JARDIM DAS ARÁBIAS BAIRRO MISSÕES



Fonte: Google, 2019.

FIGURA 3: MAPA COM ÁREAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

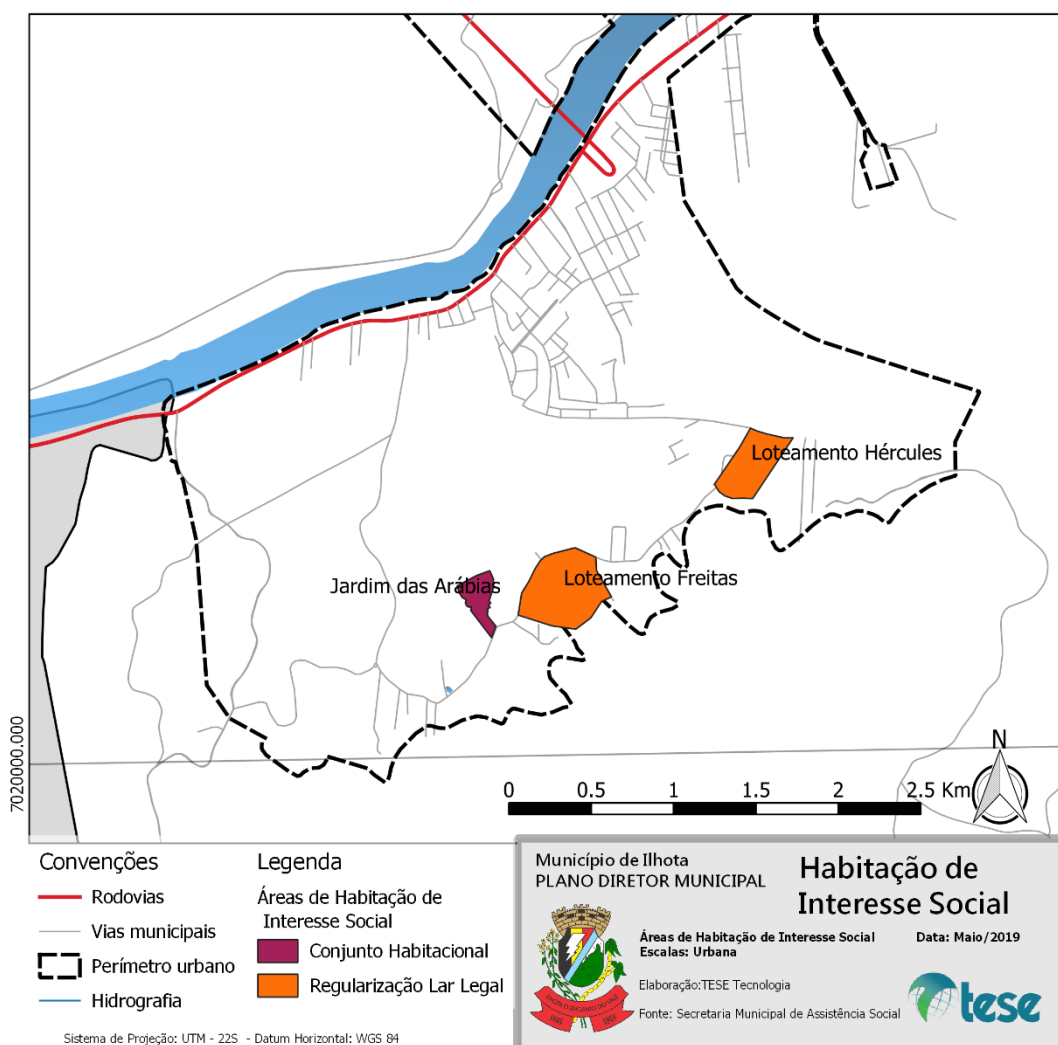


Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2019. Elaborado pela Consultora, 2019.

A partir do ano de 2016, o Estado de Santa Catarina inicia o processo de extinção da COHAB-SC, de forma que o programa mais importante existente no Estado relativo ao acesso à moradia digna passa a ser o Lar Legal. Criado em 2008 pelo Tribunal de Justiça (TJSC), desenvolvido em parceria com o governo estadual, Ministério Público (MPSC), Assembleia Legislativa e prefeituras, o principal objetivo do programa é a regularização fundiária de assentamentos urbanos de famílias inseridas no cadastramento único com renda famílias de 0 a 3 salários mínimos.

Em 2018, a partir da Lei Complementar nº 121, é instituído no âmbito municipal de Ilhota o programa “Lar Legal”, o qual, segundo dados da Secretaria de Assistência Social do município, está em processo de regularização de dois loteamentos: Freitas (próximo ao conjunto do Jardim das Árábias) e Hércules.

FIGURA 4: ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL ÁREA URBANA



Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2019. Elaborado pela Consultora, 2019.

4.4.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, não foram levantados aglomerados subnormais² no município de Ilhota.

Entretanto, segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social há apenas uma área de ocupação irregular, **FIGURA 5**, existente no bairro Centro. A ocupação se iniciou com 19 famílias. Em 2014, a Secretaria registrou 39 famílias e, atualmente, estima-se em torno de 90 a 100 famílias. No mapa da **FIGURA 6** é possível identificar a localização da ocupação dentro do perímetro urbano.

Cabe ressaltar que o município não tem um mapeamento específico com as áreas de ocupações irregulares.

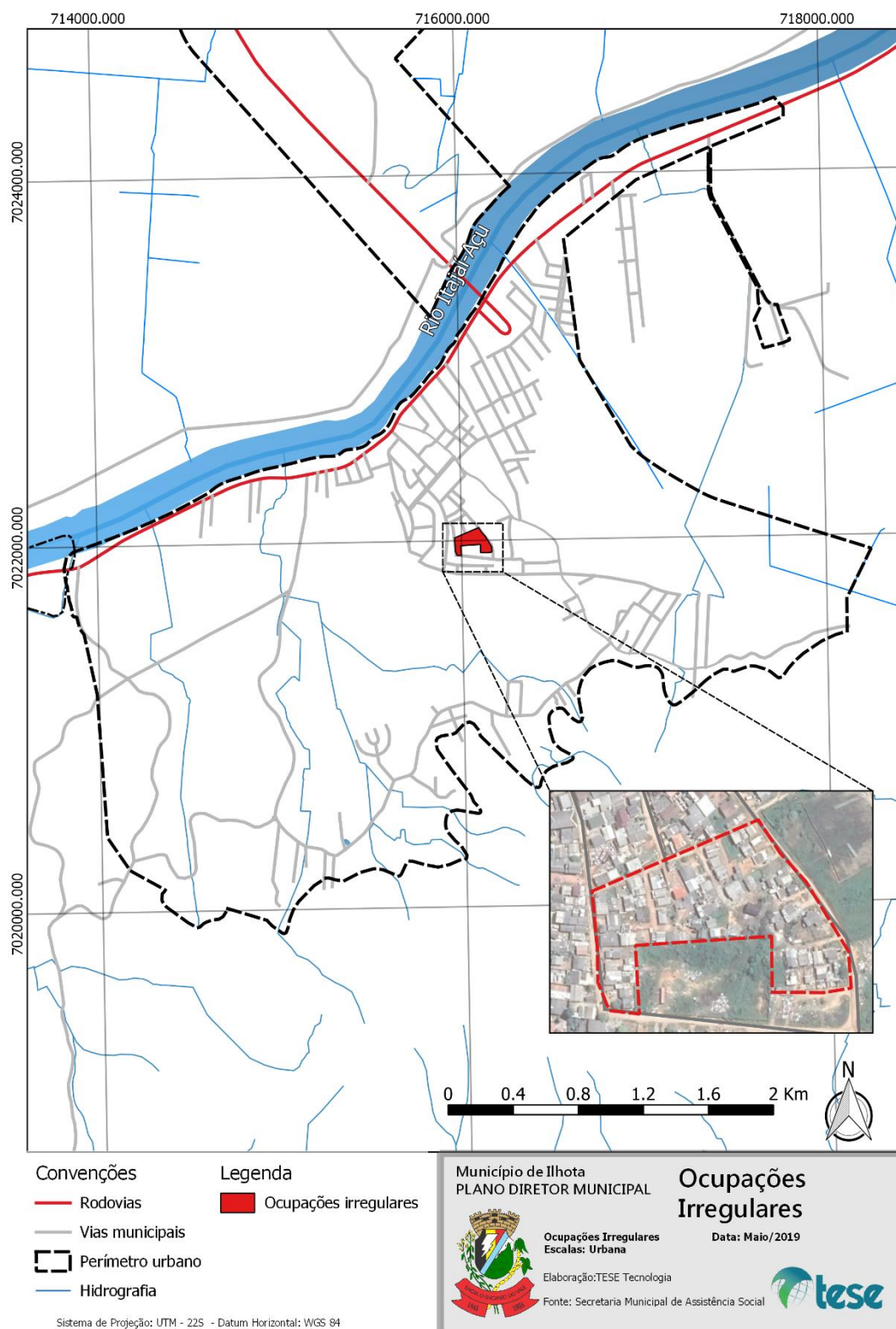
FIGURA 5: OCUPAÇÃO IRREGULAR BAIRRO CENTRO



Fonte: GoogleMaps, 2019.

² De acordo com o IBGE, aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência do título de propriedade e pelo menos uma destas características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho dos lotes; carência de infraestrutura e serviços públicos básicos (coleta de lixo, rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública).

FIGURA 6: MAPA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES

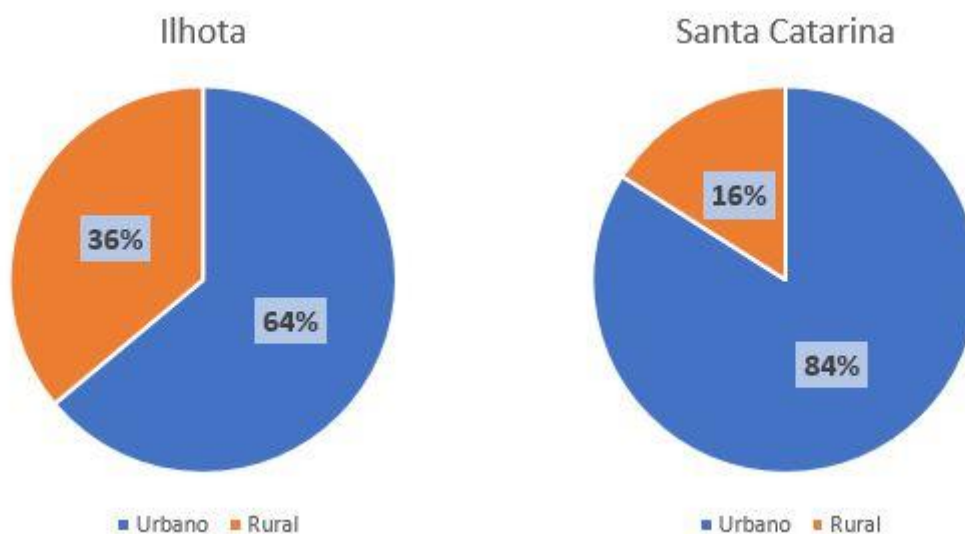


Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019. Elaborado pela Consultora, 2019.

4.4.4 CARACTERIZAÇÃO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

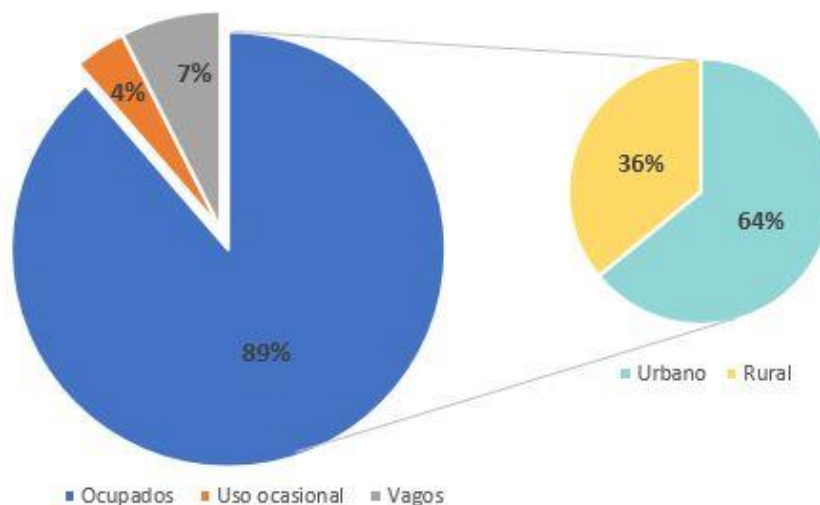
Em Ilhota, segundo dados do IBGE (2010), tem-se que 7.898 pessoas residem em domicílios em meio urbano e 4.457 pessoas no meio rural. O que significa que 63,93% da população no município vive em área urbana. Comparando com o Estado de Santa Catarina, nota-se que a taxa de urbanização (proporção da população vivendo em área urbana) de Ilhota ainda é menor que do Estado, cuja taxa é de 84%, conforme demonstra o **GRÁFICO 1**.

GRÁFICO 1: PROPORÇÃO POPULAÇÃO URBANA X POPULAÇÃO RURAL - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

No município, de acordo com o IBGE (2010), foram identificados 4.321 domicílios, dos quais um coletivo, porém sem morador, e 4.320 particulares. Destes, 3.829 domicílios estavam ocupados, dos quais 2.452 em área urbana (64,04%) e 1.377 em área rural (35,96%), conforme **GRÁFICO 2**.

GRÁFICO 2: CLASSIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO OCUPAÇÃO - 2010

Fonte: IBGE, 2010.

Em 2000, estima-se que a média de habitantes por domicílio particular ocupado era de 3,56. Já em 2010, essa média diminuiu para 3,23 habitantes por domicílio. Além disso, observa-se pelos dados contidos na **TABELA 6**, que a porcentagem da população que vivia em domicílios com densidade maior que 2 apresentou grande queda nas décadas compreendidas entre 1991 e 2010. A densidade é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos usados como dormitório, de forma a indicar não só o número de residentes como também a qualidade construtiva da casa (número de cômodos construídos).

Percebe-se, também pelas informações contidas na **TABELA 6**, que o município mantém-se numa média semelhante ao Estado de Santa Catarina.

TABELA 6: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS COM DENSIDADE MAIOR QUE 2 – MUNICÍPIO E SANTA CATARINA

Localidade	1991	2000	2010
Ilhota	31,54%	19,90%	13,81%
Santa Catarina	31,42%	20,66%	13,15%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Dos domicílios particulares permanentes, segundo o IBGE (2010), tem-se que 80,80% são próprios, 11,70% são alugados e 4,44% são cedidos. Os números absolutos quanto a condição dos domicílios podem ser observados na **TABELA 7**.

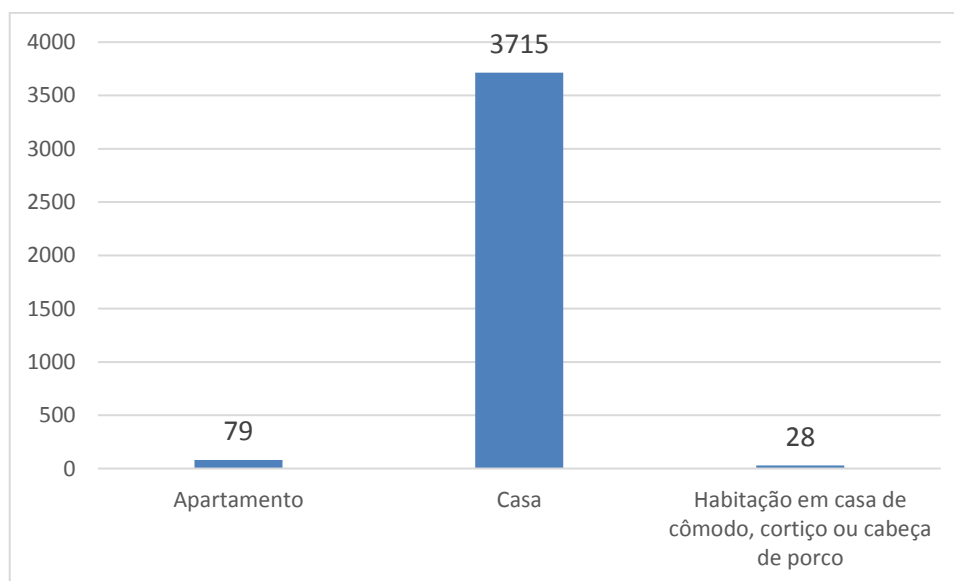
TABELA 7: CONDIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - 2010

Condição do domicílio		Quantidade de domicílios
Alugado		447
Cedido	Por empregador	73
	De outra forma	97
Próprio	Já quitado	3.088
	Em aquisição	92
Outra condição		25
TOTAL		3.822

Fonte: IBGE, 2010.

Quanto a tipologia habitacional, nota-se uma predominância de casas, que somam 3.715 unidades, o correspondente a 97,20% do total de domicílios de Ilhota, significando uma maior tendência a ocupação horizontal do território. Além disso, foram identificados 79 apartamentos e 28 domicílios instalados em casa de cômodo, cortiço ou cabeça de porco. Esses dados podem ser observados no **GRÁFICO 3**.

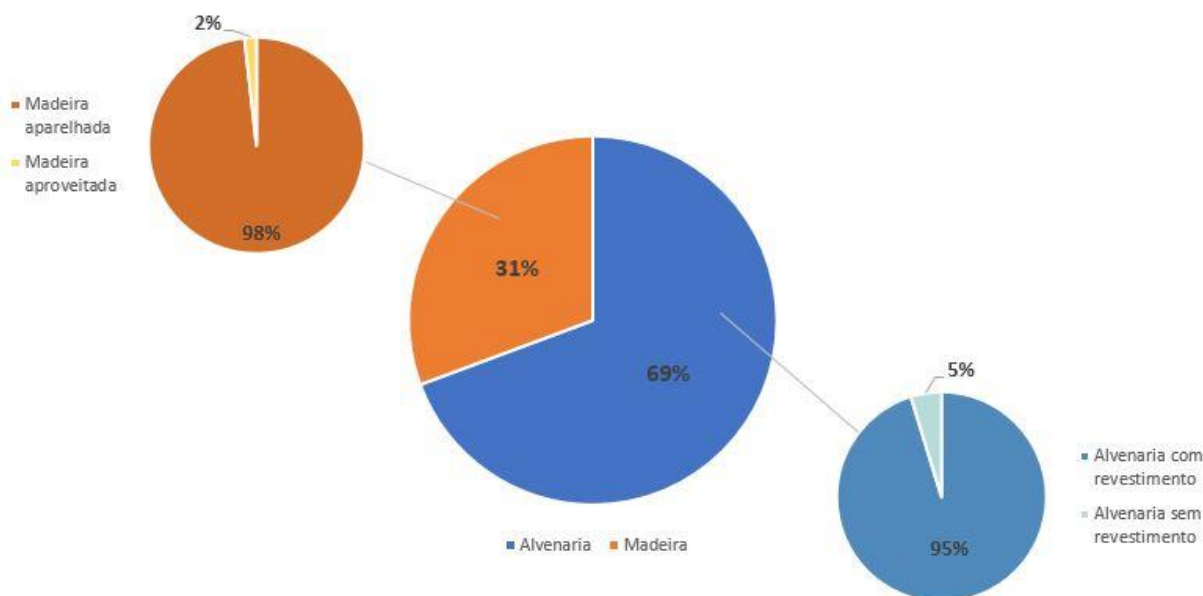
GRÁFICO 3: TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Por último, quanto ao material empregado nos domicílios, 69% destes são em alvenaria e 31% em madeira, conforme **GRÁFICO 4**. Dos domicílios de alvenaria, 95% foram identificados com revestimento e 5% sem revestimento. Já os domicílios em madeira, 98% destes são com madeira aparelhada e 2% com madeira aproveitada. Os números absolutos relativos ao material empregado nos domicílios podem ser observados no **QUADRO 1**.

GRÁFICO 4: MATERIAL EMPREGADO NOS DOMICÍLIOS - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

QUADRO 1: MATERIAL DOS DOMICÍLIOS - 2010

Material	Domicílios
Alvenaria com revestimento	2.529
Alvenaria sem revestimento	126
Madeira aparelhada	1.153
Madeira aproveitada	21

Fonte: IBGE, 2010.

4.4.4.1 Acesso a infraestrutura e serviços públicos

Analisando o acesso universal e igualitário aos bens e serviços públicos básicos e de qualidade, levantou-se para o município de Ilhota o acesso dos domicílios permanentes ocupados às seguintes infraestruturas: destinação de resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Assim, quanto a destinação dos resíduos sólidos domésticos, conforme dados do **QUADRO 2**, levantou-se que 96,96% são atendidos pelo serviço de coleta. Enquanto que apenas 3,04% dão outros destinos para seus resíduos.

QUADRO 2: DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - 2010

Destino		Domicílios
Coletado	Por serviço de limpeza	3.535
	Em caçamba de serviço de limpeza	171
Enterrado (na propriedade)		1
Queimado (na propriedade)		108
Outro destino		7

Fonte: IBGE, 2010.

Com relação às formas de abastecimento de água, como pode ser observado no **QUADRO 3**, 55,73% dos domicílios são atendidos pela rede geral. Ao passo que 40,42% dos domicílios se abastecem de água via poço ou nascente.

QUADRO 3: FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2010

Forma de abastecimento		Domicílios
Poço ou nascente na propriedade		1.179
Poço ou nascente fora da propriedade		366
Rede geral		2.130
Outra forma	Rio, açude, lago ou igarapé	23
	Outra	124

Fonte: IBGE, 2010.

Quanto a existência de banheiro, dos domicílios permanentes ocupados, de acordo com o IBGE (2010), em 3.769 destes há banheiro de uso exclusivo (98,61%), 39 há apenas sanitário (1,0%) e em 14 não havia nem banheiro e nem sanitário (0,39%).

Além disso, levantou-se o acesso a rede e sistemas de esgotamento sanitário, cujo resumo pode ser observado no **QUADRO 4**. Nota-se, por esses dados, que 30,04% dos domicílios fazem uso de fossa rudimentar, 29,07% acessam a rede geral (de esgoto ou pluvial), 24,78% utilizam fossa séptica. Ou seja, 54,82% se utilizam de sistemas individuais de tratamento de esgotamento sanitário. Ainda, ressalta-se que 1,83% dos domicílios lançam os resíduos de esgoto diretamente nos corpos hídricos e 13,87% fazem uso de valas (céu aberto).

QUADRO 4: ATENDIMENTO ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2010

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário		Domicílios
Banheiro uso exclusivo do domicílio	Rede Geral de esgoto ou pluvial	1.103
	Fossa séptica	926
	Fossa rudimentar	1.141
	Vala	527

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário		Domicílios
	Rio, lago ou mar	70
	Outro	2
Tinham sanitário	Rede Geral de esgoto ou pluvial	8
	Fossa séptica	21
	Fossa rudimentar	7
	Vala	3
Não tinham banheiro e nem sanitário		14

Fonte: IBGE, 2010.

Por último, no que diz respeito ao atendimento de energia elétrica, quase a totalidade (99,68%) dos domicílios acessavam a rede existente, 0,16% tinham energia elétrica derivada de outras fontes e 0,16% não tinham acesso a energia elétrica, conforme consta no **QUADRO 5**.

QUADRO 5: ATENDIMENTO ENERGIA ELÉTRICA - 2010

Existência de energia elétrica		Domicílios	% do total de domicílios
Existente	Companhia distribuidora	3.810	99,68%
	De outra fonte	6	0,16%
Inexistente		6	0,16%

Fonte: IBGE, 2010.

4.4.5 IMÓVEIS EDIFICADOS, SUBUTILIZADOS OU NÃO UTILIZADOS

A Prefeitura Municipal não conta com um levantamento consolidado dos imóveis subutilizados e não utilizados de Ilhota. Não há uma planta cadastral a partir da qual seja possível realizar a identificação dos imóveis que estão sem construção, ou até mesmo identificar os lotes com área construída.

Além disso, a partir do levantamento com imobiliárias do município, não houve a identificação de imóveis subutilizados que possam ser destinados a usos de interesse público (como habitação, equipamentos, etc.).

De forma que a identificação dos vazios urbanos somente será possível a partir da análise de imagem por satélite (Google Earth) da área urbana.



REFERÊNCIAS

ALBINO, Lisangela. **O desastre em meio rural**: análise dos impactos socioeconômicos na região dos baús, Ilhota, SC. Dissertação (Mestrado de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 235p. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Ilhota**. IBGE, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2019.

Prefeitura de Ilhota. **Plano Diretor Municipal de Ilhota/SC**: [Leitura da Realidade Local]. Ilhota, 2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Ilhota. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ilhota_sc>. Acesso em: 22 maio 2019.

Elaboração: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda.

Prof.ª Drª Mirna Cortopassi Lobo
Diretora Geral